

AVISO DE LICITAÇÃO

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2022
(Processo nº 002.2022.0010/PMSC)**

OBJETO: contratação de empresa especializada para a execução continuada dos serviços de (A) “coleta, transporte e descarga de resíduos sólidos urbanos de origem domiciliar, comercial e pública (LOTE 01)”; (B) “coleta, transporte e descarga de resíduos volumosos; além de coleta, transporte, segregação, processamento e armazenamento de Resíduos da Construção Civil – RCC e limpeza mecanizada de canais (LOTE 02)”; (C) “varrição manual de vias e logradouros públicos, inclusive de praças; além dos serviços de roçagem mecanizada; bem como lavagem de feiras livres e mercados e irrigação de áreas verdes; e podação de árvores e arbustos (LOTE 03)”; (D) “coleta, transporte e destinação final de resíduos de serviços de saúde do Grupo ‘A’ e ‘E’; além da coleta, transporte e destinação final de resíduos de serviços de saúde do Grupo ‘B’ (LOTE 04)”; tudo para atender a demanda do Município de São Cristóvão, conforme especificações do projeto básico/termo de referência - Anexo I do edital.

Data/horário: 26 de janeiro de 2022, às 9h.

Prazo de Vigência/Execução: 12 (doze) meses.

Tipo: menor preço global por lote.

Regime de Execução: empreitada por preço unitário

Recursos Orçamentários: Unidade Orçamentária: 2056. Classificação Funcional Programática: 17.512.0015. Projeto Atividade: 2066. Elemento de Despesa: 3390.3900. Fonte de Recurso: 17040000

Base Normativa: Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93, Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, além das demais normas correlatas.

Parecer: PGM Nº 56/2022 **Autorização CRAFI:** Resolução nº 01/2022

Valor da Licitação: R\$ 4.063.171,83 (LOTE 01); R\$ 2.835.746,64 (LOTE 02); R\$ 7.890.067,01 (LOTE 03); e R\$ 632.195,02 (LOTE 04).

Informações: o edital, os demais documentos e informações a respeito desta licitação poderão ser obtidos perante a Comissão Especial de Licitação, no endereço da rua Messias Prado, nº 70, São Cristóvão/SE, fone: **(79) 99610-6944**, no horário das **8h às 14h**, ou através do site da Prefeitura de São Cristóvão com o seguinte endereço eletrônico: www.saocristovao.se.gov.br ou através do email: licitacaosc.obras@gmail.com.

São Cristóvão/SE, 12 de janeiro de 2022.

José Robson Almeida Santos
Pregoeiro

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2022

O **MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO**, pessoa jurídica público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.128.855/0001-44, com sede no endereço indicado no rodapé desta, através de sua **Secretaria de Infraestrutura** e por intermédio de sua Comissão Especial de Licitação, constituída e nomeada na forma do Decreto nº 006/2022, torna público para conhecimento dos interessados que realizará, **às 9h, do dia 26 de janeiro de 2022, no auditório do Paço Municipal, s/n, Praça São Francisco, Centro Histórico (CEP 49100-000), neste Município de São Cristóvão/SE**, a licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL, do TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, sob o regime empreitada por preço unitário**, de acordo com os critérios de aceitabilidade contidos neste instrumento convocatório, que se regerá, fundamentalmente, pela **Lei Federal nº 10.520** e, subsidiariamente, pela **Lei nº 8.666**, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) e pela **Lei Complementar nº 123**, de 14 de dezembro de 2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), e suas alterações, e pelas disposições deste Edital, do seu Termo de Referência/Projeto Básico e de seus anexos.

1. OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Constitui objeto desta licitação a seleção da melhor proposta visando a **contratação de empresa(s) especializada(s) para a execução continuada dos serviços de (A) “coleta, transporte e descarga de resíduos sólidos urbanos de origem domiciliar, comercial e pública (LOTE 01)”**; (B) **“coleta, transporte e descarga de resíduos volumosos; além de coleta, transporte, segregação, processamento e armazenamento de Resíduos da Construção Civil – RCC e limpeza mecanizada de canais (LOTE 02)”**; (C) **“varrição manual de vias e logradouros públicos, inclusive de praças; além dos serviços de roçagem mecanizada; bem como lavagem de feiras livres e mercados e irrigação de áreas verdes; e podação de árvores e arbustos (LOTE 03)”**; (D) **“coleta, transporte e destinação final de resíduos de serviços de saúde do Grupo ‘A’ e ‘E’; além da coleta, transporte e destinação final de resíduos de serviços de saúde do Grupo ‘B’ (LOTE 04)”**; tudo para atender a demanda do Município de São Cristóvão, conforme especificações do projeto básico/termo de referência - Anexo I do edital.

1.2. Os serviços deverão ser executados de acordo com as diretrizes e disposições técnicas indicadas no projeto básico/termo de referência e de acordo com as especificações e normas estabelecidas pelo Ministério do Trabalho, notadamente NR-17, NR-18, NR-24 e NR 31, e pela ABNT, com o emprego de mão-de-obra, equipamentos e materiais necessários à sua fiel execução.

1.3. Fica vedada a subcontratação do objeto do contrato, salvo no caso de subcontratação parcial, limitada a 20% (vinte por cento) do valor da contratação, e mediante expressa autorização do Município. **Não será admitida, de qualquer forma,**

a subcontratação com empresa que tenha participado desta licitação. (inciso I, § 2º, art. 78 da Lei nº 13.303/2016).

2. DO VALOR DA LICITAÇÃO

2.1. O valor máximo desta licitação, para efeitos de aceitabilidade e exequibilidade das propostas, inclusos os custos diretos e indiretos, é estimado em **(A) R\$ 4.063.171,83 (quatro milhões, sessenta e três mil, cento e setenta e um reais e oitenta e três centavos) para o LOTE 01; em R\$ 2.835.746,64 (dois milhões, oitocentos e trinta e cinco mil, setecentos e quarenta e seis reais e sessenta e quatro centavos) para o LOTE 02; em R\$ 7.890.067,01 (sete milhões, oitocentos e nove mil e sessenta e sete reais e um centavos) para o LOTE 03; e em (D) R\$ 632.195,02 (seiscentos e trinta e dois mil, cento e noventa e cinco reais e dois centavos) para o LOTE 04**, não sendo admitidas, por isso, propostas cujos valores globais sejam a eles superiores.

2.2. De igual forma, poderão desclassificadas as propostas que apresentarem preços unitários com valores superiores ao orçado pelo Município, salvo se admitida a correção para a diminuição dos valores.

2.3. Se os preços unitários e o preço global informados pela licitante não corresponderem entre si, apenas o preço unitário será considerado e o total corrigido de forma a conferir com aqueles, considerando-se para a proposta o valor corrigido.

2.4. Ocorrendo divergência entre o(s) preço(s) unitário(s) da planilha orçamentária e aquele(s) da(s) respectiva(s) planilha de composição de preços prevalecerá, para todos os efeitos, o(s) da planilha orçamentária.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. Os recursos financeiros para pagamento dos serviços objetos desta licitação são próprios do Município de São Cristóvão cujas despesas estão consignadas na seguinte dotação: **Unidade Orçamentária: 2056. Classificação Funcional Programática: 17.512.0015. Projeto Atividade: 2066. Elemento de Despesa: 3390.3900. Fonte de Recurso: 17040000.**

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Somente poderão participar desta licitação empresas cujo objeto social especifique atividade pertinente e compatível com o objeto da presente licitação e estejam legalmente estabelecidas no País.

4.2. A participação aqui implicará na aceitação integral e irrevogável dos termos e condições deste instrumento convocatório, dos seus anexos e das normas técnicas gerais ou especiais pertinentes ao seu objeto. **Devem os licitantes, em cumprimento ao disposto no inciso VII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, apresentar declaração de cumprimento pleno dos requisitos de habilitação (modelo – Anexo III), em envelope separado ou junto com o credenciamento.**

4.3. Não poderão participar deste Pregão:

- a) empresa que tenha pedido ou sido decretada a falência, concordata, a recuperação judicial ou extrajudicial ou que se encontrem processo de dissolução ou liquidação;
- b) empresa que tenha a participação, a qualquer título, de servidor e/ou empregado do Município de São Cristóvão;
- c) empresa que esteja suspensa ou impedida de licitar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal ou que tenha sido declarada inidônea, inclusive as subcontratadas;
- e) empresas que se encontram reunidas em consórcio e/ou aquelas integrantes de mesmo grupo econômico ou com idênticos sócios;
- f) cooperativa de mão-de-obra, conforme Súmula 280 do TCU.

4.4. Cada Licitante se fará representar por apenas um preposto, o qual, desde que munido de documento hábil, será o único a intervir nas fases do procedimento licitatório, respondendo assim, para todos os efeitos, por sua representada.

4.5. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma licitante, sob pena de ser excluída do certame.

4.6. Qualquer empresa que não puder enviar seu representante poderá participar das sessões deste procedimento licitatório encaminhando ao Pregoeiro os exigidos envelopes, pelo correio ou por outro meio disponível, conquanto que chegue até o dia e hora de abertura da licitação. Nesse caso, o Pregoeiro não se responsabilizará por eventuais danos ou extravio na documentação, bem como pela sua não chegada até o dia e hora de abertura da licitação. A fase de lances, porém, será realizada independente da presença ou participação daquele representante.

4.7. As empresas consideradas microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), de acordo com as definições e critérios dos incisos I e II, artigo 3º, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto naquela lei, deverão apresentar junto com o credenciamento declaração de enquadramento como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), conforme modelo constante do Anexo IX este Edital; bem como fazer prova desse enquadramento com o documento de registro na Junta Comercial ou Cartório de Registros Especiais. O Pregoeiro, por sua vez, poderá admitir como prova dessa condição qualquer outro documento idôneo.

4.8. As empresas enquadradas no regime diferenciado e favorecido das microempresas e empresas de pequeno porte que não puderem de alguma forma comprovar aquela condição poderão participar normalmente do certame, porém, em igualdade de condições com as empresas não enquadradas no regime.

4.9. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição. Nesse caso (havendo restrição), será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período a critério do Município, contados a partir do momento e se for declarada vencedora, para devida regularização e apresentações das respectivas certidões negativas ou certidão positivas com efeitos de negativas, sob pena de decadência do direito à contratação.

5. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

5.1 Os envelopes deverão ser entregues de uma só vez ao Pregoeiro, no dia, hora e local definidos neste Edital, contendo a respectiva documentação, em envelopes distintos, devidamente fechados, lacrados e identificados, observando o seguinte:

a) No primeiro envelope

ENVELOPE Nº 01 – CREDENCIAL - através de procuração pública ou particular, nesse caso com firma reconhecida (art. 654, §2º, do CC/2002), dando plenos poderes ao outorgado para acompanhar os trabalhos licitatórios e tomar todas e quaisquer deliberações atinentes ao certame, acompanhada de cópia do ato de investidura do outorgante, no qual declare expressamente ter poderes para a devida outorga, ficando dispensada a sua apresentação quando se tratar de sócio/diretor da empresa licitante, tudo acompanhado do Contrato Social, Estatuto, Ata de Assembleia ou documentação equivalente.

PREGÃO PRESENCIAL PREFEITURA DE SÃO CRISTÓVÃO/SE Nº ____/2022

LICITANTE: (nome da empresa interessada proponente)

DATA E HORA:

b) No segundo envelope

ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA FINANCEIRA

PREGÃO PRESENCIAL PREFEITURA DE SÃO CRISTÓVÃO/SE Nº ____/2022

LICITANTE: (nome da empresa interessada proponente)

DATA E HORA:

c) No terceiro envelope

**ENVELOPE Nº 03 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL PREFEITURA DE SÃO CRISTÓVÃO/SE Nº ____/2022
LICITANTE: (nome da empresa interessada proponente)
DATA E HORA:**

5.2. A prova da qualidade de representante legal da pessoa jurídica ou o instrumento de procuração que autorize o preposto a falar em nome da empresa constará do Envelope nº 01, para fins de qualificação, e **deve assegurar plenos poderes ao credenciado a fim de formular/ofertar lances verbais, negociar preços, declarar a intenção de interpor recurso, renunciar ao direito de interpor recurso; enfim, para praticar em nome da licitante todos os atos deste Pregão.**

5.3. De toda documentação apresentada em fotocópia poderá ser solicitado o original para conferência, seja na própria sessão ou no prazo a ser conferido a critério da Administração.

6. DA REUNIÃO DE ABERTURA

6.1. No dia **26 (vinte e seis) de janeiro de 2022, às 09h**, no auditório do **Paço Municipal, s/n, Praça São Francisco, Centro Histórico (CEP 49100-000)**, neste **Município de São Cristóvão/SE**, dar-se-á a abertura da sessão para a devida qualificação e credenciamento dos licitantes, para o recebimento e julgamento das suas propostas comerciais e para o recebimento dos envelopes com os documentos de habilitação.

6.2. O não comparecimento do licitante ou de seu representante legal não será motivo de desclassificação e/ou inabilitação.

7. PROPOSTA DE PREÇOS

7.1. A **proposta de preços** deverá ser apresentada **em envelope lacrado, indicando o(s) LOTE(S) a que se refere e devidamente numerada**, em papel timbrado da Licitante, digitada eletronicamente, perfeitamente legível, respeitando as expressões técnicas de uso corrente, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, de modo a não conter folhas soltas e rubricadas todas as folhas pelo responsável técnico ou pelo representante legal, contendo a seguinte documentação:

a) CARTA PROPOSTA DE PREÇO, indicando expressamente o valor global proposto por LOTE, o valor unitário de cada item de serviço do(s) respectivo(s) lote(s), o seu equivalente mensal e anual, além do prazo de validade, tudo de acordo com o Termo de Referência/Projeto Básico (Anexo I) e o modelo constantes do Anexo V deste Edital;

b) PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, com o orçamento para a execução dos serviços, contendo a(s) denominada(s) “planilhas de quantitativos e preços”, com descrição do(s) respectivo(s) item(ns), a unidade, o quantitativo, o valor unitário do serviço, o valor equivalente a 12 (doze) meses e o preço global do lote, além das respectivas “planilhas de formação de preços” de cada serviço do(s) lote(s).

7.2. Em razão do regime de execução dos serviços/obras objeto desta licitação ser **empreitada por preço unitário**, a planilha apresentada deverá conter **todos** os itens de serviços presentes na planilha da Prefeitura de São Cristóvão, não sendo permitida qualquer alteração nas colunas: item, descrição, unidade e quantidade;

7.3. A via impressa da planilha de composição dos preços unitários será exigida somente da empresa vencedora quando da reformulação da proposta após a fase de lance ou, inexistente essa, quando da adjudicação do objeto e homologação do certame.

7.4. Fica estabelecido como limite máximo para preço unitário de cada subitem de serviço o correspondente ao valor apresentado na planilha orçamentária do Município.

7.5. As planilhas orçamentárias e a de composição dos preços unitários deverão ser apresentadas em CD-ROM, em arquivo no formato PDF e EXCEL, em envelope avulso ou no envelope da proposta.

7.6. PLANILHA ANÁLITICA DE COMPOSIÇÃO DE L.D.I., observando a seguinte fórmula:

$$\text{LDI} = \left[\left(\frac{(1 + (AC/100 + R/100)) (1 + DF/100) (1 + L/100)}{1 - \left(\frac{I}{100}\right)} \right) - 1 \right] \times 100$$

; onde:

LDI - Lucro e Despesas Indiretas;

AC – Taxa de Rateio da Administração Central;

R – Taxa de Risco, Seguro e Garantia;

DF – Taxa de Despesas Financeiras;

L – Taxa de Lucro;

I – Taxa de Tributos (PIS, COFINS, ISS);

7.7. A composição do LDI proposto não poderá contemplar os tributos: IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) – Acórdão TCU nº 325/2007.

7.8. O percentual do LDI aplicado ao orçamento geral não poderá ultrapassar o limite de 23,81 %. **Nos cálculos do LDI/BDI, para fins de cotação dos percentuais de COFINS e PIS, foi levado em conta o regime de incidência cumulativa (IRPJ com**

base no lucro presumido), razão pela qual devem respeitar as alíquotas de 3% e 0,65% a título de COFINS e PIS, respectivamente.

7.9. Para fins de aceitabilidade do valor máximo a título de LDI, serão considerados apenas o percentual total de 23,81% e os percentuais referentes ao Programa e Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), que deverão obedecer a legislação vigente. O mesmo se aplica para os encargos sociais, sendo que o percentual indicado na planilha de referência é o valor máximo a ser admitido.

7.10. Os demais valores e/ou percentuais indicados nas planilhas de LDI servem apenas como referência e não são vinculativos.

7.11. **As microempresas ou empresas de pequeno porte optantes do Simples Nacional, quando da elaboração das suas propostas, deverão observar alíquotas relativas ao PIS, COFINS e ISS compatíveis com aquelas que estão obrigadas a recolher, de acordo com os percentuais contidos no respectivo Anexo da Lei Complementar nº 123/2006. Por consequência, devem anexar com a proposta o extrato do simples para fins de identificação do faturamento usado como base de cálculo da alíquota e consequentemente dos tributos.**

7.12. **Da mesma forma, não deverão incluir na composição de encargos sociais os custos pertinentes às contribuições isentas de recolhimento, a teor do disposto no art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar, a exemplo das contribuições sociais do Sistema S (Sesi, Senai, Sebrae e etc.) e das contribuições relativas ao salário-educação e a contribuição sindical patronal de que trata o art. 240 da Constituição Federal.**

7.13. As propostas deverão contemplar todos os itens e serviços que compõem o objeto desta concorrência, observando as descrições, características técnicas e demais recomendações constantes das Instruções Específicas, Termo de Referência - Anexo I do Edital. Não serão aceitas, com isso, propostas que não contemplem a execução na íntegra os serviços objeto desta licitação.

7.14. A apresentação das propostas implica no cumprimento das disposições nelas contidas, assumindo o proponente a obrigação de executar os serviços nos seus termos, bem como fornecer todos os materiais, insumos, uniformes e acessórios necessários, em quantidade e qualidade adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.15. As propostas terão validade de **60 (sessenta) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital. Caso haja o vencimento da validade da proposta sem que a licitação tenha sido homologada, adjudicada e o contrato assinado, fica aquela automaticamente prorrogada, salvo se houver expressa manifestação da licitante no sentido contrário, por meio de correspondência, caracterizando seu declínio em continuar na Licitação.

8. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

8.1. Classificadas as propostas, dar-se-á início à fase competitiva do pregão, com a oferta de lances verbais assegurados à licitante que tenha ofertado o menor preço global por lote e àquelas que não tenham excedido a 10% (dez por cento) desse valor, nos termos do art. 4º, VIII, da Lei nº 10.520/02.

8.2. Na hipótese de não se enquadrarem, no mínimo, 03 (três) propostas nos critérios definidos no item 8.1, serão chamadas e admitidas à fase de lances, desde que atendidas as demais condições do Edital, a de menor preço global e as duas melhores propostas de preço subsequentes.

8.3. A classificação de apenas 02 (duas) propostas não inviabilizará a realização da fase de lances verbais.

8.4. A licitante que ofertar o mais vantajoso dos lances e após ser declarada vencedora terá o prazo de **até 03 (três) dias úteis** para adequar os preços unitários dos itens e serviços de modo que a sua soma coincida obrigatoriamente com o novo valor global ofertado. O mesmo percentual de desconto entre a proposta escrita e o lance deverá ser contemplado em todos os preços unitários e na sua exata proporção.

9. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados em envelope lacrado, numa única via, em cópia autenticada ou cópia simples com exibição dos originais, **rubricada e numerada sequencialmente, da primeira à última folha, de modo a refletir o seu número exato**, com os prazos de emissão e validade dos documentos grifados com lápis salientador. Todos os documentos emitidos pela Licitante deverão ser apresentados digitados eletronicamente, em português, perfeitamente legíveis, sem emendas, rasuras ou entrelinhas.

9.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) ato constitutivo e suas últimas alterações ou Alteração Contratual com sua pertinente Consolidação, devidamente registrado na Junta Comercial do estado da sede do licitante, onde deverá estar indicado o ramo de atividade compatível com o objeto da licitação.

a.1) ato de nomeação ou de eleição dos administradores, devidamente registrado no órgão competente, na hipótese de terem sido nomeados ou eleitos em separado.

* Em se tratando de sociedade por ações, o ato constitutivo deverá ser acompanhado da prova de eleição e posse de seus administradores;

* Tratando-se de sociedade civil, o ato constitutivo deverá estar inscrito no órgão de classe acompanhado de prova da diretoria em exercício.

b) registro comercial, no caso de empresa individual.

9.2. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) certidão de registro do proponente no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou numa outra entidade profissional competente para fiscalização dos serviços objetos da licitação, no Estado de sua sede ou do seu domicílio;

b) atestado ou certidão de capacidade técnica operacional devidamente registrado na entidade profissional competente, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT) ou equivalente se houver, que revele ter a proponente executado, para pessoa jurídica de direito público ou privado, serviços de características técnicas compatíveis com as do objeto da presente licitação, particularmente quanto à seguinte parcela de maior relevância e valor significativo:

*** para o Lote 1, a execução de serviços de coleta, transporte e descarga de resíduos sólidos urbanos domiciliares, comerciais e públicos, com um indicativo de quantitativo mensal de, no mínimo, 750,00 toneladas;**

*** para o Lote 2, a execução de serviços de coleta, transporte e descarga de resíduos volumosos e da construção civil, com um indicativo de quantitativo mensal de, no mínimo, 650,00 toneladas;**

*** para o Lote 3, a execução de serviços de varrição manual de vias e logradouros públicos, com um indicativo de quantitativo mensal de, no mínimo, 851,00 quilômetros; e**

*** para o Lote 4, a execução de serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos de saúde do Grupo “A”, “B” e “E”, com um indicativo de quantitativo mensal de, no mínimo, 800,00 quilograma.**

b.1) será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior;

b.2) os documentos comprobatórios da qualificação técnica deverão vir grifados com lápis salientador nos respectivos serviços e respectivas CAT;

c) comprovação da proponente de possuir em seu quadro permanente ou ter à sua disposição na data da licitação profissional(is) de nível superior detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica, registrado(s) na entidade profissional de classe competente, por execução de serviços de características semelhantes às do objeto desta licitação, particularmente quanto à seguinte parcela e valor significativo:

* para o Lote 1, a execução de serviços de coleta, transporte e descarga de resíduos sólidos urbanos domiciliares, comerciais e públicos;

* para o Lote 2, a execução de serviços de coleta, transporte e descarga de resíduos volumosos e da construção civil;

* para o Lote 3, a execução de serviços de varrição manual de vias e logradouros públicos; e

* para o Lote 4, a execução de serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos de saúde do Grupo “A”, “B” e “E”.

d) indicação do Responsável Técnico e Declaração de Concordância do Responsável (Anexo VII);

e) declaração que recebeu os documentos e que tem a plena ciência das exigências do ato convocatório e que conhece as condições para execução dos serviços (Anexo IV);

f) declaração de inexistência de fato impeditivo de licitar e/ou contratar (Anexo X).

9.3. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial, sendo também admitida a autenticação pelo Sistema Público de Escrituração Digital, vedada a sua substituição balancetes ou a balanços provisórios;

a.1) sociedades constituídas a menos de ano, poderão participar da licitação apresentando o balanço de abertura, assinado por contabilista habilitado e pelo responsável pela empresa;

b) certidão negativa de falência ou concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante;

c) comprovação de patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado de toda contratação, levando em conta o valor total dos lotes que participe a licitante.

9.4. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Certidão Conjunta Negativa ou Certidão Conjunta Positiva, com efeitos de Negativa de **Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda comprovando sua regularidade para com a Fazenda Federal, abrangendo as **Contribuições Federais e às de Terceiros (INSS)**.

d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal – CEF, comprovando sua regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

e) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeito de Negativa (CNDT), para comprovação da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

f) Certidão Negativa ou Certidão Positiva, com efeitos de Negativa, emitida pelo Estado relativa ao domicílio da Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, ou seja, atinente aos Débitos Estaduais, comprovando sua regularidade para com a Fazenda Estadual.

g) Certidão Negativa ou Certidão Positiva, com efeitos de Negativa emitida pelo Município relativo ao domicílio ou sede da Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, ou seja, atinente ao Imposto Sobre os Serviços de Qualquer Natureza e sua respectiva Dívida Ativa, comprovando sua regularidade para com a Fazenda Municipal.

9.4.1. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição. Nesse caso (havendo restrição), será assegurado o prazo de **05 (cinco)** dias úteis, prorrogável por igual período a critério da Administração Pública, contados a partir do momento e se for declarada vencedora, para devida regularização e apresentações das respectivas certidões negativas ou certidão positivas com efeitos de negativas, sob pena de decadência do direito à contratação.

9.5. CUMPRIMENTO QUANTO AO DISPOSTO NO ART. 7º, XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

9.5.1. Declaração de Regularidade quanto ao Trabalho do Menor – Anexo VIII.

9.6. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE DOCUMENTOS

9.6.1. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em cópias autenticadas ou cópias simples, quando somente será exigida a apresentação dos originais, para conferência e no prazo a ser fixado pela Comissão, se houver questionamento ou impugnação quanto à autenticidade da simples cópia.

9.6.2. Aqueles documentos que forem emitidos pela Internet estarão sujeitos a posterior conferência na página eletrônica do órgão emissor, para verificação de autenticidade.

9.6.3. Os documentos deverão estar válidos na data de recebimento dos envelopes. Quando o órgão for omissivo em relação ao prazo de validade, considerar-se-á o prazo de validade de 90 (noventa) dias, a contar da data da emissão.

9.6.4. É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

10. DOS PROCEDIMENTOS DA REUNIÃO

10.1. Em atendimento às disposições estabelecidas na Lei Federal nº 10.520/2002, o **pregoeiro** realizará no dia, horário e local determinados no item 6 deste Edital a sessão de recebimento dos Envelopes exigidos na presente licitação.

10.2. Instalada a sessão, o pregoeiro declarará aberto os trabalhos, solicitando a entrega do Envelope Nº 1 (Credencial do Representante), devidamente acompanhado da cópia da carteira de identidades e do contrato social, neste caso sendo o sócio o representante.

10.3. Após o registro dos nomes das firmas proponentes, far-se-á o recolhimento dos demais envelopes, não se admitindo a sua entrega após esta chamada de recolhimento.

10.4. Os Envelopes Nº 3, devidamente lacrados, serão rubricados nos seus lacres pelo pregoeiro e equipe de apoio e pelos Licitantes presentes, guardados sob a inteira responsabilidade da Administração, para posterior abertura.

10.5. Em seguida, o pregoeiro determinará que sejam abertos os envelopes contendo as **propostas financeiras**, onde todos os documentos serão assinados ou rubricados pelo pregoeiro, equipe de apoios e pelos licitantes. Ato contínuo, estabelecer-se-á uma ordem crescente de acordo com o valor global de cada proposta classificada.

10.6. Na hipótese em que os preços unitários e o preço total indicados na **proposta financeira** não vierem a corresponder entre si, apenas aqueles primeiros serão considerados pelo Pregoeiro como válido e os valores parciais e totais serão corrigidos, de forma a conferir com aquele. Considerar-se-á, assim, para a **proposta financeira**, o valor total recalculado.

10.7. Ato contínuo e na própria sessão, dar-se-á início à fase de lances verbais, com a participação da licitante que ofertou o menor preço global por lote e daquelas que não tenham excedido a 10% (dez por cento) desse valor.

10.8. Não se classificando para a referida fase competitiva, no mínimo, 03 (três) proponentes, de acordo com os critérios estabelecidos no item 10.7, serão admitidas a participar, desde que atendidas as demais condições do Edital, a menor de preço e as duas melhores propostas subsequentes.

10.9. A classificação de apenas 02 (duas) propostas não inviabilizará a realização da fase de lances.

10.10. Levadas a efeito a classificação das propostas escritas, terá início a fase competitiva do pregão, observando-se o seguinte:

- a) o pregoeiro fará uma rodada de lances, convidando o autor da proposta classificada com o maior preço a fazer o seu lance e, em seguida, os demais classificados na ordem decrescente;
- b) havendo lance, far-se-á uma nova roda, começando pela licitante que no momento estiver com a proposta de maior preço e, assim sucessivamente, até numa rodada completa não haja mais lance e se obtenha, em definitivo, o menor preço global por lote.
- c) o licitante que não ofertar lance numa rodada não ficará impedido de participar da(s) rodada(s) seguinte(s), se houver.
- d) não havendo lances verbais na primeira rodada, serão consideradas as propostas preços escritas classificadas para todos os efeitos.

10.11. O pregoeiro, após encerrada a fase competitiva, ordenará os lances em ordem crescente de preço.

11. DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

11.1. Concluída a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, poderá a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, **no prazo de 05 (cinco) minutos**, apresentar uma última e melhor oferta, situação em que, aceita a sua proposta, bem como atendidas exigências de habilitação, seja adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão.

11.2. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada desista ou não se manifeste naquele prazo, serão convocadas as demais ME ou EPP que se encontrarem naquele intervalo de 5%, observando a ordem de classificação, para o exercício do mesmo benefício descrito no item 11.1. Havendo empate de preços

dentro desse intervalo, será realizado sorteio para definir a qual microempresa ou empresa de pequeno porte será assegurado aquele direito.

11.3. Não havendo a adjudicação nos termos previstos no subitem anterior, o lote objeto do Pregão será adjudicado em favor da licitante com a proposta originalmente mais bem classificada se for aceita em definitivo sua proposta e se for considerada habilitada.

11.4. Sucedendo empate dos preços globais entre duas ou mais propostas, não sendo elas consideradas ME ou EPP, e não havendo lances, a classificação final se fará por sorteio na mesma sessão.

11.5. As regras de desempate e tratamento favorecido aqui disciplinadas somente se aplicam quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

12. DO JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

12.1. No julgamento das propostas, a classificação dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO GLOBAL por lote**, sendo considerada vencedora a proposta que atender às condições do Edital e ofertar o **menor valor**.

12.1.1. O critério de aceitabilidade do melhor preço terá como parâmetro os valores máximos de referência constantes das planilhas orçamentárias deste Edital.

12.2. Serão desclassificadas as **propostas** que não atenderem às condições exigidas no Edital, salvo se for admitida a devida correção e aproveitamento do ato, que apresentarem preços unitários e global acima do máximo estabelecido neste ato convocatório ou forem manifestamente inexequíveis.

12.3. Serão consideradas inexequíveis propostas com preços em que o licitante não venha demonstrar sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.

12.4. O pregoeiro, no julgamento das propostas, poderá realizar diligências ou requisitar informações, incluindo esclarecimentos e detalhamentos sobre as propostas, de modo a completar até a instrução do procedimento licitatório. O não cumprimento das diligências implicará no julgamento das propostas no estado em que se encontram, podendo resultar em sua desclassificação.

12.5. Ocorrendo a desclassificação de todas as propostas, poderá ser concedido aos licitantes um prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de novas propostas, sanadas as causas que deram origem a desclassificação.

12.6. Após aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante e, em seguida, anunciará o vencedor, que será convocado pelo Município, após homologação do resultado do pregão, para assinar contrato ou instrumento equivalente no prazo e condições definidos neste Edital.

12.7. Se a **proposta** não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências editalícias, em especial aquelas da habilitação, o **pregoeiro** examinará as **propostas** subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma **proposta** que atenda a todas as exigências do Edital. O **pregoeiro** poderá negociar com o **proponente** para que seja obtido preço melhor.

12.8. No julgamento das propostas, o **pregoeiro** poderá permitir o saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância da **proposta ou representem aumento dos preços**, mediante razões fundamentadas, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação (Enunciados do Acórdão nº 187/2014 e do Acórdão nº 1811/2014 - TCU).

13. DA ANÁLISE E DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

13.1. O **pregoeiro** analisará os documentos de habilitação observando as exigências dos itens 9.1., 9.2., 9.3 e 9.4 deste Edital, quando será considerada habilitada a Licitante atender integralmente as condições e os requisitos ali estabelecidos.

13.2. No julgamento da **habilitação**, o(a) **pregoeiro(a)** poderá promover diligências e, também, sanar erros ou suprir falhas e omissões que não alterem a substância dos documentos, mediante decisão fundamentada, tudo registrado em ata e de conhecimento de todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de **habilitação**.

13.3. Poderá, ainda, valer-se da rede mundial de computadores ou de qualquer sistema cadastral que estiver ao alcance para se certificar da validade dos documentos de habilitação.

13.4. As microempresas (ME) e as empresas de pequeno porte (EPP) que participarem nessa condição serão consideradas habilitadas ainda que haja alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhistas. Nesse caso, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período a critério da Administração Pública, contados a partir do momento e se for declarada vencedora, para devida regularização e apresentações das respectivas certidões negativas ou certidões positivas com efeitos de negativas (art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/06).

13.5. A não regularização de que trata o subitem 13.4, no prazo então estipulado, implicará decadência do direito à contratação, sujeitando a licitante, por consequência, às previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93. Será facultado à Administração, assim,

convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação (art. 43, § 2º, da Lei Complementar nº 123/06).

13.6. Na hipótese de inabilitação da que ofertou o melhor preço, fará a análise e julgamento das demais classificadas e de acordo com a ordem de preços.

13.7. Declarado o licitante vencedor e não havendo recurso ou sendo esse negado provimento, o Pregoeiro, por força do disposto no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520/02, adjudicará em favor daquele o objeto do pregão e, em seguida, encaminhará o processo à autoridade competente para a homologação.

14. DO RECURSO ADMINISTRATIVO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

14.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vistas imediata dos autos.

14.2. Somente serão invalidados os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.3 Decidido o recurso e após a adjudicação do objeto pelo pregoeiro à licitante vencedora, a autoridade competente homologará a licitação, dando-se por encerrado o procedimento.

14.4. A qualquer momento, o pregoeiro ou a autoridade superior poderá desclassificar ou inabilitar a(s) licitante(s), sem que lhes caiba qualquer indenização, caso tenha conhecimento de fato que desabone a idoneidade, a capacidade financeira, técnica ou administrativa, inclusive incorreções que venham a ser detectadas nos documentos de habilitação e nas propostas.

14.5. A(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s) deverá(ão) comprovar, no prazo de 05 (cinco) dias, contado do ato de ciência da homologação, podendo ser prorrogado a critério exclusivo da Administração, que já dispõe(m) das **licenças ambientais imprescindíveis à execução dos serviços, notadamente aquelas pertinentes aos “resíduos sólidos urbanos”, aos “resíduos de volumosos e da construção civil – RCC” e aos “resíduos de serviços de saúde”,** sob pena de decadência do direito à contratação.

14.6. Da mesma foram, deverá(ão) apresentar o(s) comprovante(s) de cadastro técnico de atividades potencialmente poluidoras ou empregadoras de recursos ambientais, sob a administração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, na forma do art. 17 da Lei Federal nº 6.938/81 e suas alterações.

15. DAS CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

15.1. **Após a adjudicação do objeto e homologação do certame**, o vencedor poderá a qualquer momento ser notificado para, **no prazo de 3 (três) dias úteis**, contado do cumprimento da obrigação que trata o subitem 14.5, assinar o contrato respectivo, sob pena de ser considerado tal ato como recusa injustificada. O referido prazo poderá ser prorrogado a critério da Administração.

15.2. Para a assinatura do contrato será exigido da(s) licitante(s) vencedora(s) as vias atualizadas e válidas dos documentos de regularidade fiscal e trabalhista.

15.3. A recusa injustificada em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido na notificação, configurará descumprimento total da obrigação assumida e sujeitará o licitante às seguintes penalidades:

I – perda do direito à contratação;

II – perda da caução em dinheiro ou execução das demais garantias previstas neste Edital;

III – suspensão do direito de licitar ou contratar com o Município de São Cristóvão, por um prazo de até 05 (cinco) anos (art. 7º da Lei nº 10.520/02).

15.3. É facultado ao Município de São Cristóvão, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos ou der motivo à rescisão, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação e desde que também habilitados, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados, ou revogar a licitação.

15.4. O Município de São Cristóvão poderá revogar a licitação também por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante a provação de terceiro, em parecer escrito e fundamentado.

15.5. A anulação do procedimento licitatório não gera obrigação de indenizar e induz à do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei nº 8.666/93.

15.6. Sem prejuízo do disposto em Lei, o contrato decorrente dessa licitação poderá ser alterado, unilateralmente, pela Administração quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos, e/ou quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, respeitado o limite de 25% (vinte e cinco) do valor inicial atualizado do contrato e que a contratada ficará obrigada a aceitar.

15.7. Na hipótese de supressão o limite acima estabelecido poderá ser excedido se houver acordo entre as partes.

15.8. Para fins de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, a diferença percentual entre o valor global do contrato e o obtido a partir dos custos unitários do orçamento de referência não poderá ser reduzida, em favor da contratada, em decorrência de aditamento que modifique a planilha orçamentária.

15.9. Assim, tratando-se de alteração contratual para a inclusão de serviços novos, os preços devem ser apurados levando em consideração os valores dos insumos cotados junto ao mercado, promovendo-se em seguida o deflacionamento daqueles preços desde à época da cotação até o mês de apresentação da proposta, aplicando em seguida o mesmo percentual de desconto inicialmente concedido, segundo as diretrizes do item 15.8.

15.10. Considerar-se-á parte integrante do contrato, como se nele estivessem transcritos, o edital e seus anexos, a exemplo do Termo de Referência/Projeto Básico, além da proposta da(s) licitante(s) vencedora(s).

16. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E RENOVAÇÃO CONTRATUAL

16.1. O prazo de vigência do(s) contrato(s) será de **12 (doze) meses**, contado da respectiva assinatura.

16.2. Tratando-se de prestação de serviços de execução contínua, o contrato poderá ser prorrogado por igual e sucessivo período com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para o **contratante**, limitada a prorrogação a 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

16.3. Desejando as partes renovar o(s) contrato(s) objeto(s) desta licitação, por igual e sucessivo período de 12 (doze) meses ou por outro prazo menor e conveniente ao contratante, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas, em detrimento de uma nova licitação, ficará estabelecido no(s) instrumento(s) contratual(ais) a possibilidade de alteração do(s) respectivo(s) valor(es), mediante a correção pelo IPCA acumulado nos 12 (doze) meses da contratação.

17. FORMA DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

17.1. O Município de São Cristóvão pagará à(s) licitante(s) vencedora(s), pelos serviços efetivamente executados, os preços em reais integrantes da sua proposta comercial.

17.2. Os preços global e unitários incluem todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços em conformidade com as condições previstas no Projeto Básico/Termo de Referência/Especificações, constituindo, assim, a única remuneração da licitante vencedora pelos serviços contratados e executados.

17.3. Os serviços serão avaliados, medidos e atestados pela fiscalização do Município, considerando o período de 30 (trinta) dias ou outro a critério do Contratante, devendo a Contratada apresentar o respectivo boletim de medição acompanhado da memória de cálculo e dos comprovantes dos quantitativos efetivamente executados.

17.4. As faturas só deverão ser emitidas para pagamento após aprovação dos boletins de medição pela fiscalização.

17.5. Havendo erro na fatura, recusa de aceitação de serviços pelo contratante, ou obrigações da contratada para com terceiros, decorrentes da obra, inclusive obrigações sociais ou trabalhistas, que possam prejudicar de alguma forma o contratante, o pagamento será susinado para que a contratada tome as providências cabíveis. Os ônus decorrentes de sustações correrão por conta da contratada.

17.6. O **contratante**, por sua vez, desde que atendidas as exigências supra e na forma de suas disposições internas, efetuará o pagamento da fatura **no prazo de até 30 dias**, mediante depósito em conta corrente indicada pela **contratada**, após a apresentação da nota fiscal ou nota fiscal-fatura, condicionada essa ao aceite dos serviços pelo **contratante**.

17.7. Por ocasião do faturamento, será exigida simultaneamente a apresentação dos comprovantes de recolhimento do INSS, FGTS, ISS e PIS, da cópia da matrícula da obra no CEI junto ao INSS, **nas hipóteses exigidas legalmente**, da cópia da Anotação da Responsabilidade Técnica – ART junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou ao Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo – CAU ou à outra entidade de classe equivalente; bem como a folha de pagamento relativa ao mês da execução, os comprovantes de entrega dos EPIs e, quando do primeiro pagamento, as vias Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA ou do Programa de Condições do Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção Civil – PCMAT e do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO aos quais se encontra vinculado, além das **demais condicionantes fixadas no Decreto Municipal nº 369/2017**.

17.8. As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar comprovante de recolhimento mensal através do documento único de arrecadação, conforme art. 13, da Lei Complementar nº 123/2006.

17.9. A **contratada** deverá apresentar ao gestor do contrato, além dos documentos exigidos acima, para fins de recebimento da última fatura, a baixa da obra junto à respectiva Prefeitura Municipal e junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, **nos casos cuja inscrição seja exigida por lei**.

17.10. Sem prejuízo do disposto no item 17.7, caberá ao Município de São Cristóvão promover a retenção da parcela do ISSQN, quando e se ainda devido e na forma da legislação do Município da prestação dos serviços, além da retenção da contribuição previdenciária de que trata a Lei 8.212/91 e observados os limites ali impostos, sem prejuízo das demais retenções legais.

18. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

18.1. A **contratada** terá, dentre outras previstas nos instrumentos legais, as seguintes obrigações:

a) a **contratada** deve respeitar a legislação e as normas sobre Segurança e Medicina do Trabalho vigentes e acatar as recomendações do(s) profissional(ais) de segurança do trabalho, sob pena de paralisação dos serviços, o que não a eximirá das obrigações e penalidades previstas nas cláusulas contratuais referentes a prazos e multas;

b) a contratada deverá tomar todas as providências para proteger o meio ambiente, no âmbito interno e externo ao local de execução dos serviços, obedecendo às instruções advindas da FISCALIZAÇÃO, além de evitar danos ou aborrecimentos às pessoas e/ou propriedades privadas ou públicas;

c) a pedido do **contratante**, a **contratada** deverá afastar da execução dos serviços qualquer empregado ou preposto seu cuja capacidade técnica e permanência seja incompatível e desaconselhável para o local;

d) obriga-se a **contratada** a reparar ou substituir, no prazo de 24h, qualquer equipamento ou material que se mostre defeituoso, inadequado, desgastado ou que esteja operando aquém dos níveis exigidos nas especificações técnicas indicados pela fiscalização;

e) a **contratada** fica obrigada, exclusivamente às suas expensas, a reparar ou a refazer todo e qualquer serviço que apresentar erro ou vício de execução, imperfeições ou falhas decorrentes de negligência, imperícia, imprudência ou do emprego de materiais diversos ou de qualidade inferior, sob pena das sanções do contrato e/ou de sua rescisão, além das perdas e danos;

f) responsabiliza-se a **contratada** pelo pontual e integral pagamento da remuneração de seus empregados, inclusive das eventuais horas extras e dos adicionais de periculosidade e/ou insalubridades quando devidos, além dos encargos sociais, previdenciários e de seguro, bem como com os custos de material de consumo, de alojamento, de mobilização e desmobilização, respondendo como única empregadora;

g) obriga-se, também, a garantir aos seus empregados os equipamentos de proteção individual – EPIs estabelecidos nas normas de segurança e medicina do trabalho, treinando-os e exigindo deles o uso efetivo, sem prejuízo da devida fiscalização;

h) a **contratada** assegurará ao **contratante** o direito de, a qualquer tempo, analisar sua documentação e verificar seus registros no cumprimento das obrigações legais e contratuais decorrentes desta avença;

i) a **contratada** indenizará o **contratante** de todo e qualquer prejuízo e despesas resultantes de danos causados aos seus bens ou decorrentes de demandas judiciais ou sanções administrativas, inclusive honorários e custas, que essa última seja

obrigada a arcar por ato de responsabilidade daquela primeira e vinculados à execução dos serviços objetos deste contrato;

j) a **contratada** deverá cumprir as diretrizes e disposições do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Indústria da Construção Civil – PGRCC, do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA ou do Programa de Condições do Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção Civil – PCMAT e do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO aos quais se encontra vinculado, atentando-se para as orientações dos profissionais de Segurança do Trabalho;

k) atender a todas as exigências e despesas de seguro contra acidente de trabalho;

l) a ressarcir o **contratante** dos eventuais prejuízo e despesas acarretados pela má execução dos serviços;

m) a **contratada** garantirá ao **contratante** o livre acesso para a fiscalização dos trabalhos executados, inclusive nas suas dependências, comprometendo-se, ainda, a fornecer as informações, os dados e demais elementos que forem requisitados pelo Município ou por quem lhe fizer às vezes.

18.2. O Contratante, por sua vez, obriga-se:

a) prestar os devidos esclarecimento e proporcionar à contratada todas as condições para a execução do objeto do Contrato;

b) pagar à Contratada os valores devidos no prazo de 30 (trinta) dias, contados do protocolo de requerimento com a Nota Fiscal, condicionada essa ao aceite pelo Gestor do Contrato.

c) após a execução da obra/serviço, verificar sua conformidade quanto ao disposto no Termo de Referência/Projeto Básico e Especificações, sob os aspectos quantitativos e qualitativos.

19. DAS SANÇÕES

19.1. Pela inexecução total ou parcial do negócio jurídico a ser celebrado, sem prejuízo da eventual rescisão unilateral do contrato, o contratado estará sujeito, com a garantia da defesa prévia e recurso a ela inerente, às seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa, de até 20% (vinte por cento) do valor contratado ou da obrigação total ou parcial não cumprida, sem prejuízo das perdas e danos;

c) suspensão do direito de licitar ou contratar com o Município de São Cristóvão, por um prazo de até 05 (cinco) anos (art. 7º da Lei nº 10.520/02);

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública nos termos do art. 87, IV, da Lei nº 8.666/93.

19.2. Na imposição de multa, respeitado o limite acima, observar-se-á o seguinte critério:

- a) 0,666% (seiscentos e sessenta e seis milésimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor dos serviços não executados ou sobre a etapa do cronograma físico dos serviços não cumprido; ou
- b) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, na hipótese de inexecução do objeto, ou sobre o valor da parcela da obra não executada, na hipótese de inadimplemento parcial.

19.3. As sanções acima referidas (item 19.2) poderão ser aplicadas de forma cumuladas ou independentes, sendo autorizado ao Município de São Cristóvão, na hipótese de multa, o devido desconto ou a retenção dos valores que eventualmente tenha a receber a **contratada** ou da garantia eventualmente prestada.

19.4. As sanções acima referidas (item 19.1) poderão ser aplicadas de forma cumuladas ou independentes, sendo autorizado ao Município de São Cristóvão, na hipótese de multa, o devido desconto ou a retenção dos valores que eventualmente tenha a receber o Contratado ou da garantia prestada.

19.5. Na hipótese da retenção ou da garantia eventualmente prestada serem insuficientes, o valor da multa será cobrado judicial, com o acréscimo de correção monetária pelo IPCA e juros de mora de 1% ao mês, desde a data da imposição e notificação da multa.

20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

20.1. Qual cidadão poderá impugnar o Edital desta licitação, devendo dirigir seu pedido ao Pregoeiro e protocolá-lo no endereço indicado no preâmbulo deste, até **5 (cinco) dias úteis** antes da data para recebimento dos envelopes e abertura da habilitação, quando deverá o Pregoeiro julgar e responder a impugnação em até 03 dias úteis.

20.2. Por sua vez, decairá do direito de impugnar os termos do Edital o licitante que não o fizer **até o 2º (segundo) dia útil** que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços, pregão ou concurso.

20.3. A impugnação feita tempestivamente não impedirá o licitante de participar do processo licitatório até a decisão definitiva a ela pertinente.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. O Pregoeiro poderá, a critério do Município e para manter o caráter competitivo do certame, relevar omissões ou falhas meramente formais nos documentos e propostas dos licitantes, permitindo-se ali, ainda, as devidas correções e desde que não impliquem em aumento das propostas, sem prejuízo de requerer informações adicionais; bem como, valer-se da rede mundial de computadores – *Internet*-, quando possível, para a verificação da regularidade / validade de documentos ou fixar prazo para dirimir eventuais dúvidas, em qualquer fase da licitação.

21.2. O edital deve e será interpretado à luz do bom senso e da razoabilidade, a fim de que seja alcançado o objetivo a que se destina, qual seja, o de selecionar a proposta mais vantajosa. Não o contrário, de usar suas regras em prejuízo do interesse público.

21.3. Somente serão consideradas inabilitadas aquelas licitantes que efetivamente não demonstrarem idoneidade, regularidade jurídica, fiscal e trabalhista, além de qualificação técnica e econômico-financeira, de acordo com os critérios objetivos fixados no edital.

21.4. Outrossim, para que não se desvencilhe do almejado intento, que só serão invalidados atos insuscetíveis de aproveitamento e que falhas e/ou omissões meramente formais nos documentos seriam perfeitamente corrigidas.

21.5. Erro no preenchimento da planilha de formação de preço do licitante não constitui motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado”.

21.6. O Município de São Cristóvão, através da autoridade competente, até a formalização definitiva do futuro contrato, poderá desistir da contratação, bem assim revogar a licitação, no todo ou em parte, por razões interesse público, não cabendo às licitantes quaisquer direitos, vantagens ou reclamações, a que título for; ou anulá-la por ilegalidade ou vício insanável, de ofício ou quando provocado, que o fará em razões fundamentadas.

21.7. Independentemente de declaração expressa, a apresentação de documentos e proposta implica a aceitação plena das condições e exigências deste edital e seus anexos, a veracidade e autenticidade das informações constantes dos documentos e propostas apresentados e, ainda, a inexistência de fato impeditivo à participação da empresa, bem como de que deverá declará-lo quando ocorrido.

21.8. No caso de eventual divergência entre este edital e seus anexos, prevalecerão as disposições do ato convocatório, salvo com relação às especificações técnicas constantes do projeto básico/termo de referência.

21.9. Quaisquer pedidos de informações ou de esclarecimentos que se façam necessários à elaboração das propostas deverão ser formulados por escrito ao

PREGOEIRO, com endereço na rua Messias Prado, nº 70, São Cristóvão/SE Fone (79) 99610-6944, ou dirigidas ao email: licitacaosc.obras@gmail.com, até o 2º (segundo) dia útil antes da data marcada para abertura da Licitação, ficando desde já entendido que a ausência da resposta não constituirá motivo para alteração das condições e prazos.

21.10. Inexistindo pedidos naquele sentido ou formulados fora do prazo, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos para permitir a apresentação de documentos e proposta, não cabendo ao licitante o direito a qualquer reclamação posterior.

21.11. São partes integrantes deste instrumento convocatório os seguintes Anexos:

- a) ANEXO I – Termo de Referência//Especificações;
- b) ANEXO II – Modelo de Credenciamento;
- c) ANEXO III – Modelo de Declaração de Cumprimento aos Requisitos de Habilitação
- c) ANEXO IV – Modelo de Declaração de Recebimento dos Documentos;
- d) ANEXO V – Modelo Carta Proposta;
- e) ANEXO VI - Minuta de Contrato;
- f) ANEXO VII – Modelo de Indicação do Responsável Técnico e Concordância do Responsável;
- g) ANEXO VIII – Modelo de Declaração Regularidade quanto ao Trabalho do Menor;
- h) ANEXO IX – Modelo de Declaração de Enquadramento como ME ou EPP;
- i) ANEXO X – Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo de Licitar ou Contratar.

22. DO FORO

22.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Cristóvão/SE para dirigir quaisquer dúvidas e dirimir litígios relacionados a esta licitação, com a renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

São Cristóvão/SE, 12 de janeiro de 2021.

José Robson Almeida Santos
Pregoeiro

PROCURADORIA
GERAL DO MUNICÍPIO



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA/ ESPECIFICAÇÕES

ANEXO II

MODELO DE CREDENCIAMENTO

Ref. Pregão Presencial nº

Em atendimento ao disposto na LICITAÇÃO em epígrafe, credenciamos o Sr....., portador da Carteira de Identidade n.º e inscrito no CPF/MF sob o nº, para que represente nossa empresa nesta licitação, com poderes plenos para formular ou ofertar lances verbais, negociar preços, declarar a intenção de interpor recurso, renunciar ao direito de interpor recurso e praticar todos os demais atos deste Pregão .

Local,de.....de 2022.

nome e assinatura do responsável pela empresa

OBSERVAÇÃO:

Este documento deverá ser preenchido em papel timbrado da empresa licitante e estar devidamente assinado por seu representante legal.

Este documento de credenciamento poderá ser substituído por Procuração.

Em ambos os casos (este Anexo ou Procuração), deverá ser juntado o documento que comprove o poder de delegação do outorgante e que comprove a assinatura do outorgante.

ANEXO III

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DE
CUMPRIMENTO DE REQUISITO DE HABILITAÇÃO**

A empresa _____, CNPJ nº _____, com sede _____
(endereço completo), por intermédio de seu representante legal, infra-firmado, para
cumprimento do quanto disposto no inciso VII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002 e
para fins do **PREGÃO Nº ____/2022, DECLARA** expressamente que cumpre
plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital.

_____, de _____, _____ 2022.

assinatura do representante de empresa
(carimbo com identificação)

Obs: esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro junto com o credenciamento e quando da abertura da sessão. Antes, portanto, da fase de abertura das propostas e lance e separado dos envelopes das propostas de preços e de habilitação

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS

Ref. Pregão nº ...

A Licitante, por seu responsável legal, o Sr....., DECLARA que recebeu do Município de São Cristóvão toda a documentação da licitação identificada em epígrafe, composta do edital e seus elementos constitutivos, tomando em nome da licitante conhecimento de todas as condições e peculiaridades que possam, de qualquer forma, influir sobre o custo, preparação de documentos e proposta e a execução do objeto da Licitação.

Local, de de 2022

.....
Carimbo e Assinatura

ANEXO V

CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA FINANCEIRA

Ao Município de São Cristóvão

Ref. Pregão nº

Prezados Senhores,

Submetemos à apreciação de Vossas Senhorias a nossa proposta relativa à licitação em epígrafe, declarando que:

- a) executaremos os serviços objetos **do(s) LOTE(s) nº ____** desta licitação pelo valor total de, (indicar também o valor unitário de cada item de serviço do respectivo lote, o seu equivalente mensal e anual), durante a vigência do contrato. Ao tempo em que assume inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificadas na elaboração da proposta;
- b) manteremos **válida a proposta pelo prazo mínimo de 60 (sessenta) dias consecutivos**, contados da data de recebimento da proposta financeira e documentos de habilitação, aceitando que, ocorrendo recurso de habilitação ou inabilitação de licitante e suas eventuais impugnações, bem como de julgamento das propostas comerciais e de suas eventuais impugnações, durante o período de seus respectivos julgamentos, o prazo de validade da proposta financeira não correrá, tendo em vista o efeito suspensivo destes recursos;
- c) utilizaremos os equipamentos, materiais e equipe técnica e administrativa que forem necessários à perfeita execução dos serviços, de acordo com as exigências do edital e de seus anexos, bem como da fiscalização do Município;
- d) na execução dos serviços observaremos rigorosamente as especificações técnicas, assumindo desde já a integral responsabilidade pela perfeita realização dos trabalhos, de conformidade com as normas e padrões do Município de São Cristóvão.

Atenciosamente,

Nome e assinatura do representante legal da empresa

ANEXO VI MINUTA DE CONTRATO

Contrato de empreitada por preço unitário que firmam o Município de São Cristóvão/SE e a empresa

O MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO, pessoa jurídica público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.128.855/0001-44, com sede na Praça Getúlio, nº 298, Centro Histórico, São Cristóvão/SE, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito, o senhor **Marcos Antônio de Azevedo Santana**, brasileiro, casado, portador do RG nº 390.813 SSP/SE e inscrito no CPF sob o nº 171.332.895-04, e a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato por seu representante legal, o(a) senhor(a) _____, (qualificação), firmam o presente **Contrato de Prestação de Serviços, sob o regime de empreitada por preço unitário, para a execução dos serviços.....** objeto do LOTE _____ do **Pregão Presencial nº _____/2022**, em conformidade com os preceitos da Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93, e pelas cláusulas e condições a seguir delineadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. A contratada se obriga a executar para o contratante, sob o regime de preço unitário, os serviços de (A) “coleta, transporte e descarga de resíduos sólidos urbanos de origem domiciliar, comercial e pública (LOTE 01)”; (B) “coleta, transporte e descarga de resíduos volumosos; além de coleta, transporte, segregação, processamento e armazenamento de Resíduos da Construção Civil – RCC e limpeza mecanizada de canais (LOTE 02)”; (C) “varrição manual de vias e logradouros públicos, inclusive de praças; além dos serviços de roçagem mecanizada; bem como lavagem de feiras livres e mercados e irrigação de áreas verdes; e podação de árvores e arbustos (LOTE 03)”; (D) “coleta, transporte e destinação final de resíduos de serviços de saúde do Grupo ‘A’ e ‘E’; além da coleta, transporte e destinação final de resíduos de serviços de saúde do Grupo ‘B’ (LOTE 04), de acordo com o Termo de Referência / Projeto Básico do respectivo procedimento de dispensa, além das especificações e normas estabelecidas pelo Ministério do Trabalho, notadamente NR-17, NR-18, NR-24 e NR 31, e pela ABNT, com o emprego de mão-de-obra, equipamentos e materiais necessários à sua fiel execução e de acordo com a sua proposta de preços, com se aqui estivessem transcritos para todos os efeitos.

1.2. Fica vedada a subcontratação do objeto deste contrato, salvo no caso de subcontratação parcial, mediante expressa autorização do contratante. **Não será admitida, de qualquer forma, a subcontratação com empresa que tenha participado da licitação. (inciso I, § 2º, art. 78 da Lei nº 13.303/2016).**

1.3. Quando da assinatura deste instrumento, será exigido da contratada as vias atualizadas e válidas dos documentos de regularidade fiscal e trabalhista, sendo dispensados se ainda válidos desde a licitação.

2. DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1. Pela execução dos serviços, o **contratante** pagará à **contratada** uma remuneração calculada sobre os serviços efetivamente executados e aceitos pelo **contratante**, com base na planilha de quantidades e preços, parte integrante deste instrumento, cujo valor global as partes estimam em **R\$ ____**, equivalendo, por isso, ao preço unitário de (indicar os preços unitários de cada item/serviço do lote)..

2.2. O pagamento será realizado de acordo com o boletim de medição, acompanhado esse da memória de cálculo e dos comprovantes dos quantitativos efetivamente executados, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou nota fiscal-fatura, condicionada essa ao aceite pelo fiscal do contrato.

2.3. As faturas só serão emitidas para pagamento após aprovação dos boletins de medições pela fiscalização do Município e deve levar em consideração o intervalo de 30 (trinta) dias de execução ou um outro a critério do **contratante**.

2.4. Sendo microempresa ou empresa de pequeno porte optante do Simples Nacional, a contratada deverá excluir da sua remuneração os valores eventualmente superiores e resultantes de percentuais de PIS, Cofins e ISS de sua planilha de composição de BDI excedentes às alíquotas às quais está obrigada a recolher de acordo com o respectivo Anexo da Lei Complementar nº 123/2006.

2.5. Igualmente, tendo em vista a isenção ou a dispensa de recolhimento assegurada no art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar, deverá excluir da fatura os respectivos valores das contribuições para o Sesi, Senai, Sebrae, Incra e salário-educação.

2.6. Por isso, as empresas optantes pelo SIMPLES deverão apresentar comprovante de recolhimento mensal através do documento único de arrecadação, conforme art. 13 da Lei Complementar nº 123/2006.

2.7. Havendo erro na fatura, recusa de aceitação de serviços pelo **contratante**, ou obrigações da **contratada** para com terceiros, decorrentes da obra, inclusive obrigações sociais ou trabalhistas, que possam prejudicar de alguma forma o **contratante**, o pagamento será susinado para que a **contratada** tome as providências cabíveis. O ônus decorrente de sustações correrá por conta da **contratada**.

2.8. O **contratante**, por sua vez, desde que atendidas as exigências supra e na forma de suas disposições internas, efetuará o pagamento da fatura no prazo de **30 (trinta) dias**, mediante depósito em conta corrente indicada pela **contratada**, após a

apresentação da nota fiscal ou nota fiscal-fatura, condicionada essa ao aceite dos serviços pelo **contratante**.

2.9. Por ocasião do faturamento, será exigida simultaneamente a apresentação dos comprovantes de recolhimento do INSS, FGTS, ISS e PIS, da cópia da matrícula da obra no CEI junto ao INSS, **nas hipóteses exigidas legalmente**, da cópia da Anotação da Responsabilidade Técnica – ART junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou ao Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo – CAU ou à outra entidade de classe equivalente; bem como a folha de pagamento relativa ao mês da execução, os comprovantes de entrega dos EPIs e, quando do primeiro pagamento, as vias Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA ou do Programa de Condições do Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção Civil – PCMAT e do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO aos quais se encontra vinculado, além das **demais condicionantes fixadas no Decreto Municipal nº 369/2017**.

2.10. Sem prejuízo do disposto no item 2.9, caberá ao Município de São Cristóvão promover a retenção da parcela do ISSQN, quando e se ainda devido e na forma da legislação do Município da prestação dos serviços, além da retenção da contribuição previdenciária de que trata a Lei 8.212/91 e observados os limites ali impostos.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. Os recursos financeiros para pagamento dos serviços objetos deste contrato são próprios do Município de São Cristóvão cujas despesas estão consignadas na Dotação Orçamentária assim especificada: **Unidade Orçamentária: 2056. Classificação Funcional Programática: 17.512.0015. Projeto Atividade: 2066. Elemento de Despesa: 3390.3900. Fonte de Recurso: 17040000.**

4. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

4.1. Os serviços objetos deste contrato são contínuos e o prazo inicial de vigência do pacto é de **12 (doze) meses**, contado da sua assinatura.

4.2. O contrato poderá ser prorrogado por igual e sucessivo período com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para o **contratante**, limitada a prorrogação a 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

4.3. No caso de renovação do contrato, fica desde já pactuado que sobre o seu valor original poderá haver um acréscimo, a título de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da avença, em quantia equivalente ao percentual do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA / IBGE acumulado nos últimos 12 (doze) meses antes da prorrogação.

5. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O **contratante** obriga-se a:

5.1. Pagar à **contratada** os valores devidos no prazo de 30 (trinta) dias, contados do protocolo de requerimento com a Nota Fiscal, condicionada essa ao **aceite pelo gestor e/ou fiscal do contrato**.

5.2. Após a execução dos serviços, verificar sua conformidade quanto ao disposto no Termo de Referência/Projeto Básico e Especificações, sob os aspectos quantitativos e qualitativos.

5.3. Prestar os devidos esclarecimento e fornecer à **contratada** as informações indispensáveis à execução do objeto.

6. DAS OBRIGAÇÕES SUPLEMENTARES DA CONTRATADA

6.1. Sem prejuízo do quanto mais aqui disposto, constituem obrigações suplementares da Contratada o seguinte:

a) os serviços serão executados de acordo com as especificações, diretrizes e exigências do projeto básico/termo de referência, tudo previamente definido e de pleno conhecimento pela **contratada**, não sendo admitida qualquer alteração, salvo se decorrente de prévio e manifesto consentimento do **contratante**;

b) a **contratada** deve respeitar a legislação e as normas sobre Segurança e Medicina do Trabalho vigentes e acatar as recomendações do(s) profissional(ais) de segurança do trabalho, sob pena de paralisação dos serviços, o que não a eximirá das obrigações e penalidades previstas nas cláusulas contratuais referentes a prazos e multas;

c) a **contratada** deverá tomar todas as providências para proteger o meio ambiente, obedecendo às instruções advindas da FISCALIZAÇÃO, além de evitar danos ou aborrecimentos às pessoas e/ou propriedades privadas ou públicas;

d) a mando do **contratante**, a **contratada** deverá retirar da execução dos serviços qualquer empregado ou preposto seu cuja capacidade técnica e permanência seja incompatível e desaconselhável;

e) obriga-se a **contratada** a reparar ou substituir, no prazo de 24h, qualquer equipamento ou material que se mostre defeituoso, inadequado, desgastado ou que esteja operando aquém dos níveis exigidos nas especificações técnicas indicados pela fiscalização;

f) a **contratada** fica obrigada, exclusivamente às suas expensas, a reparar todo e qualquer dano que, durante a execução dos serviços, causar ao bem e patrimônio público ou à propriedade privada e a terceiros, sob pena das sanções do contrato e/ou

de sua rescisão, além das perdas e danos em favor do Município, inclusive se esse vier a ser acionado;

g) responsabiliza-se a **contratada** pelo pontual e integral pagamento da remuneração de seus empregados, inclusive das eventuais horas extras e dos adicionais de periculosidade e/ou insalubridades quando devidos, além dos encargos sociais, previdenciários e de seguro, bem como com os custos de material de consumo, de alojamento, de mobilização e desmobilização, respondendo como única empregadora;

h) obriga-se, também, a garantir aos seus empregados os equipamentos de proteção individual – EPIs estabelecidos nas normas de segurança e medicina do trabalho, treinando-os e exigindo deles o uso efetivo, sem prejuízo da devida fiscalização;

i) a **contratada** assegurará ao **contratante** o direito de, a qualquer tempo, analisar sua documentação e verificar seus registros no cumprimento das obrigações legais e contratuais decorrentes desta avença;

j) a **contratada** indenizará o **contratante** de todo e qualquer prejuízo e despesas resultantes de danos causados ao seu patrimônio ou decorrentes de demandas judiciais ou sanções administrativas, inclusive honorários e custas, que essa última seja obrigada a arcar por ato de responsabilidade daquela primeira e vinculados à execução dos serviços objetos deste contrato;

k) a **contratada** deverá apresentar, quando da contratação, e fazer cumprir as diretrizes e disposições do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Indústria da Construção Civil – PGRCC, do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA ou do Programa de Condições do Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção Civil – PCMAT e do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO aos quais se encontra vinculados, atentando-se para as orientações dos profissionais de Segurança do Trabalho;

l) responsabilizar-se tecnicamente pela execução dos serviços, na forma da legislação em vigor;

m) atender a todas as exigências e despesas de seguro contra acidente de trabalho;

n) a ressarcir o **contratante** dos eventuais prejuízo e despesas acarretados pela má execução dos serviços;

o) a manter no contrato um preposto seu para orientar e fiscalizar seu pessoal; além de disponibilizar para o **contratante** toda a documentação relativa ao seu pessoal, particularmente, a ficha de registro e a página de anotação e registro na CTPS do contrato de trabalho;

p) a **contratada** garantirá ao **contratante** o livre acesso para a fiscalização dos trabalhos executados, comprometendo-se, ainda, a fornecer as informações, os dados

e demais elementos que forem requisitados pelo Município ou por quem lhe fizer às vezes.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Pela inexecução total ou parcial deste contrato, a **contratada** pagará ao **contratante**, a título de cláusula penal, multa equivalente a até **20% do valor total do contrato ou da obrigação não cumprida**, sem prejuízo das demais sanções abaixo cominadas e pagamento das perdas e danos que acarretar ao **Município de São Cristóvão**.

8.2. Além da multa do item 8.1, a **contratada** também estará sujeita às sanções de advertência e/ou de suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração, por um prazo de até 02 (dois) anos; bem como sujeito a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública nos termos do art. 87, IV, da Lei nº 8.666/93.

8.3. As sanções acima referidas poderão ser aplicadas de forma cumuladas ou independentes, sendo autorizado ao **contratante**, na hipótese de multa, o devido desconto ou a retenção dos valores que tenha eventualmente tenha a receber o **contratado**.

8.4. Na imposição de multa, respeitado o limite de 20%, observar-se-á o seguinte critério:

- a) 0,666% (seiscentos e sessenta e seis milésimos por cento) do valor do contrato por cada dia paralisação dos serviços, até o trigésimo dia de atraso; ou
- b) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, na hipótese de inexecução total do objeto.

8.5. Na hipótese da retenção ou da garantia prestada serem insuficientes, o valor da multa será cobrado judicial, com o acréscimo de correção monetária pelo IPCA e juros de mora de 1% ao mês, desde a data da imposição e notificação da multa.

8.6. O **contratante** poderá considerar rescindido o presente contrato, independente de notificação extrajudicial ou judicial, na hipótese também de inexecução total do contrato ou no caso de transcurso do prazo de execução cuja prorrogação não tenha sido por ela autorizada.

9. DA ALTERAÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL

9.1. Sem prejuízo do disposto em Lei, o presente Contrato poderá ser alterado, unilateralmente, pelo **contratante**, quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos, e/ou quando

necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, **respeitado o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato e o qual a contratada ficará obrigada a aceitar.**

9.2. Para fins de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, a diferença percentual entre o valor global do contrato e o obtido a partir dos custos unitários da planilha de referência não poderá ser reduzida, em favor da contratada, em decorrência de aditamento que modifique a planilha orçamentária.

9.3. Assim, tratando-se de alteração contratual para a inclusão de serviços novos, os preços devem ser apurados levando em consideração os valores dos insumos cotados junto ao mercado, promovendo-se em seguida o deflacionamento daqueles preços desde à época da cotação até o mês de apresentação da proposta, aplicando em seguida o mesmo percentual de desconto inicialmente concedido, segundo as diretrizes do item 9.2.

9.4. Na hipótese de supressão, o limite acima estabelecido poderá ser excedido se houver acordo entre as partes. E qualquer que seja o motivo da alteração, a fim de que tenha validade, deve sempre constar do correspondente termo aditivo.

9.5. O não cumprimento de quaisquer cláusulas ou condições deste contrato por parte da contratada, devidamente comprovado, importará na sua rescisão. Fica, porém, estabelecido que a rescisão dar-se-á imediatamente e sem qualquer aviso extrajudicial ou judicial, nos seguintes casos:

- a) falência ou dissolução da firma **contratada**;
- b) superveniente incapacidade técnica da **contratada**, devidamente comprovada;
- c) não recolhimento pela **contratada**, dentro do prazo determinado, das multas que lhe forem impostas pelo **contratante**;
- d) transferência do contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do **contratante**;
- e) por se negar a **contratada** refazer qualquer trabalho realizado em desacordo com contrato, termo de referência e as especificações gerais e particulares da avença, no prazo que determinar a fiscalização da **contratante**;
- f) atraso ou paralisação injustificada na execução dos serviços por mais de 05 (cinco) dias consecutivos.

9.6. Considerar-se-á parte integrante do contrato, como se nele estivessem transcritos, o termo de referência / projeto básico do procedimento de dispensa e a proposta da proponente vencedora.

10. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

10.1. O recebimento provisório dos serviços objetos deste contrato dar-se-á pelo agente público responsável do **contratante**, que verificará e atestará a fiel execução, em parecer escrito, comunicando a **contratada** de tudo a respeito.

10.2. Sucedendo vício ou erro de execução ou de funcionamento, a **contratada** deverá prontamente promover a reparação, sob pena de inadimplemento contratual e das penalidades da cláusula oitava.

10.3. Considerar-se-ão recebidos em definitivos os serviços desde que transcorridos mais de 60 (sessenta) dias do recebimento provisório e desde que não tenha havido oposição do **contratante** quanto aos serviços executados e desde que tenha a contratada efetuada a reparação indicada pelo responsável.

11. DO GESTOR DO CONTRATO

11.1. A gerência/fiscalização deste contrato, para todos os efeitos, ficará a cargo de agente público que o contratante indicar.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. **A contratada** não poderá transferir, a qual título for ou por qualquer instrumento, os direitos e as obrigações decorrentes desta avença, nem caucioná-los, sem o expreso consentimento do **contratante**.

12.2. Nenhuma das disposições deste contrato poderá ser considerada renunciada ou alterada, salvo aquelas decorrentes de instrumento aditivo. O fato de uma das partes eventualmente tolerar a falta ou descumprimento de obrigações pela outra não importará em sua alteração nem configurará novação, ficando mantido o direito de se exigir da parte faltosa ou inadimplente, a qualquer tempo, a regularização da falta ou o cumprimento integral da obrigação.

12.3. É obrigação da **contratada** manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas quando desta contratação.

12.4. A **contratada**, para a execução dos serviços, deverá dispor de uma unidade de estabelecimento no Município de São Cristóvão ou na Grande Aracaju, dotada de instalações físicas com toda a infraestrutura para atender as demandas administrativas e operacionais para a execução do contrato.

12.5. O não cumprimento do disposto acima, no prazo a ser assinalado pela **contratante**, configurará inadimplemento contratual.

13. DO FORO DE ELEIÇÃO

13.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Cristóvão para dirimir as controvérsias eventualmente advindas da interpretação deste Contrato, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, na presença das testemunhas abaixo firmadas, assinam o presente instrumento em duas vias e de igual teor, para todos os efeitos.

São Cristóvão/SE, ___ de _____ de 2022.

AAAAAAA
Contratante

BBBBBB
Contratado
CPF/MF.....

ANEXO VII

**INDICAÇÃO RESPONSÁVEL TÉCNICO E
DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA RESPONSÁVEL TÉCNICO**

A licitante, por seu representante infra-assinado, indica o senhor (nome, profissão, CPF, identidade, endereço) como responsável técnico para a execução dos serviços objeto do Pregão Presencial nº _____, o qual, mediante chancela abaixo, declara concordar com a sua indicação.

São Cristóvão, de de 2022.

Nome e Assinatura do Responsável Legal

Nome e Assinatura do Responsável Técnico

ANEXO VIII

**DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE QUANTO AO TRABALHO DO
MENOR**

Referente: Pregão Presencial nº ____/2022

.....(QUALIFICAR A EMPRESA), inscrita no
CNPJ/MF sob nº....., por intermédio de seu
representante legal, o Sr....., portador da Carteira de Identidade
nº e do CPF nº....., DECLARA, para fins de
cumprimento quanto ao disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, que
não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e
não emprega menor de dezesseis anos.

RESPONDER:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz?

() SIM OU () NÃO.

Local e data.

(Nome e assinatura do Responsável legal da PROPONENTE)

(Nome da Proponente)

ANEXO IX

**DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU
EMPRESA DE PEQUENO PORTE.**

Ref . Pregão Presencial nº ____/2022.

A, inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.), portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, DECLARA, para fins do disposto no subitem do Edital, sob as sanções administrativas cabíveis e sob penas da lei, que a empresa, na presente data, é considerada:

() **MICROEMPRESA**, conforme inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

.....
(data)

.....
(representante legal)

OBS.: Assinalar com um “X” a condição da empresa

ANEXO X

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA
DE FATO IMPEDITIVO PARA LICITAR E/OU CONTRATAR**

Ref. Pregão Presencial nº

A Licitante, por seu representante legal, o Sr...., DECLARA, sob as penas da lei, que não se encontra declarada inidônea e/ou suspensa de participar de licitação ou impedida de contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal.

Local, de de 2022.

.....
Carimbo e Assinatura